

**TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA – GRUPO: NÍVEL
MÉDIO - SEM ESPECIALIDADE (PÓS-EDITAL)**

Tipo – GRAN

**SUA PROVA**

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:
o cartão-resposta das questões objetivas.

**TEMPO**

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;

3 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o final da prova, é possível retirar-se da sala, levando o caderno de questões.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confirme seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e siga atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;

Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;

Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodifcil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2512191704M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

2º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
TJ RJ

CARGO:

Técnico de Atividade Judiciária – Nível Médio

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Sem Especialidade

MODELO/BANCA:

FGV - Fundação Getúlio Vargas

EDITAL:

Pós-Edital

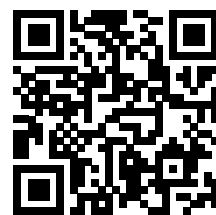
DATA DE APLICAÇÃO:

12/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

12/2025

Avalie nossos
simulados:



Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

TJ RJ - 2º SIMULADO - TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA - GRUPO: NÍVEL MÉDIO - SEM ESPECIALIDADE (PÓS-EDITAL)

Língua Portuguesa

Lucas Lemos

Texto para responder às 5 primeiras questões.

- 1 Nos últimos anos, multiplicaram-se as promessas de “desburocratizar” o serviço público. Anúncios oficiais garantem que tudo pode ser resolvido pela internet, em poucos cliques, sem filas nem perda de tempo. Na prática, porém, o cidadão continua preso a velhos rituais: formulários impressos, assinaturas reconhecidas em cartório, protocolos carimbados e a frase, sempre atualizada, de que “o sistema está fora do ar”.
 - 2 Mais grave do que a demora é a sensação de impotência: o usuário nunca sabe exatamente a quem recorrer quando algo dá errado. De balcão em balcão, ele descobre que a responsabilidade parece sempre ser de outro setor, de outra chefia ou, em último caso, de alguma norma impessoal e inquestionável.
 - 3 A tecnologia, que poderia aproximar Estado e população, acaba servindo, muitas vezes, como novo filtro. Em vez de enfrentar filas físicas, o cidadão passa a enfrentar filas virtuais, igualmente cansativas, porém menos visíveis. A burocracia muda de forma, mas resiste em essência.
- 1**
- O texto tem como ideia central:
- (A) demonstrar que a internet eliminou a burocracia, tornando o serviço público mais eficiente.
 - (B) defender a necessidade de retorno às filas presenciais, por serem mais transparentes.
 - (C) criticar a permanência da burocracia, apesar do discurso de modernização tecnológica.
 - (D) elogiar o papel da tecnologia como principal ponte entre Estado e população.
 - (E) comprovar que a culpa pelos problemas do serviço público é exclusivamente dos servidores.

2

No trecho “a frase, sempre atualizada, de que ‘o sistema está fora do ar’”, o emprego da expressão “sempre atualizada” produz, principalmente, o efeito de:

- (A) indicar que o sistema está em constante processo de melhoria.
- (B) criticar, de forma irônica, o uso recorrente de uma mesma desculpa.
- (C) elogiar a transparência da administração pública.
- (D) sugerir que os usuários estão mal informados sobre o funcionamento do sistema.
- (E) justificar tecnicamente a interrupção dos serviços eletrônicos.

3

Em “De balcão em balcão, **ele** descobre que a responsabilidade parece sempre ser de outro setor...”, o pronome destacado retoma:

- (A) “o serviço público”.
- (B) “o cidadão”.
- (C) “a responsabilidade”.
- (D) “alguma norma impessoal”.
- (E) “a população”.

4

No último período do texto, a oração “A burocracia muda de forma, **mas** resiste em essência” contém o conectivo “mas”, que introduz uma ideia de:

- (A) explicação, reforçando a conclusão anterior.
- (B) concessão, indicando uma surpresa em relação à expectativa.
- (C) condição, estabelecendo um requisito para a resistência da burocracia.
- (D) oposição, contrapondo alteração superficial e permanência essencial.
- (E) finalidade, apontando o objetivo da mudança de forma.

5

Pelas informações do texto, é correto inferir que, para o autor:

- (A) a tecnologia é, por si só, a causa de todos os problemas da burocracia.
- (B) sem o uso da internet, a burocracia desapareceria.
- (C) a tecnologia, mal utilizada, pode apenas mascarar a burocracia já existente.
- (D) toda forma de atendimento virtual é necessariamente ineficiente.
- (E) as filas virtuais são preferíveis às físicas, por não serem visíveis.

6

Analise as proposições abaixo:

- I – **Como** não estudou antes, foi reprovado na prova.
- II – Elas são **como** enciclopédias ambulantes.
- III – **Como** se sabe, há pessoas muito gananciosas.

Assinale a opção em que a classificação de “como” está correta, respectivamente, em I, II e III.

- (A) conjunção subordinativa comparativa – conjunção subordinativa comparativa – conjunção subordinativa conformativa
- (B) conjunção subordinativa conformativa – conjunção subordinativa comparativa – conjunção subordinativa conformativa
- (C) conjunção subordinativa causal – conjunção subordinativa comparativa – conjunção subordinativa causal
- (D) conjunção subordinativa conformativa – conjunção subordinativa comparativa – conjunção subordinativa comparativa
- (E) conjunção subordinativa causal – conjunção subordinativa comparativa – conjunção subordinativa conformativa

7

Analise a frase a seguir:

Os servidores chegaram cedo, mas não conseguiram concluir o atendimento.

Assinale a opção cuja reescrita mantém, de forma adequada, o sentido da frase original.

- (A) Como os servidores chegaram cedo, não conseguiram concluir o atendimento.
- (B) Embora os servidores tenham chegado cedo, não conseguiram concluir o atendimento.
- (C) Se os servidores chegarem cedo, não conseguirão concluir o atendimento.
- (D) Quando os servidores chegaram cedo, não conseguiram concluir o atendimento.
- (E) Assim que os servidores chegarem cedo, concluirão o atendimento.

8

Assinale a opção que apresenta, de acordo com a norma-padrão, uma forma de colocação pronominal INCORRETA.

- (A) O relatório, entregaram-**no** apenas na semana passada.
- (B) O servidor **se** comprometeu a solucionar o problema.
- (C) **Me** avisaram que o prazo foi prorrogado.
- (D) O sistema ainda não **se** estabilizou.
- (E) Não **lhe** deram qualquer explicação.

9

Assinale a opção que está de acordo com as regras de regência da norma-padrão.

- (A) O diretor preferiu mais o sistema antigo do que o novo.
- (B) Os usuários aspiram uma administração mais eficiente.
- (C) O relatório visa esclarecer as falhas apontadas.
- (D) O servidor simpatiza as propostas de mudança.
- (E) A chefia agradeceu aos funcionários pela colaboração.

10

Considere a frase:

O gestor precisa analisar os relatórios mensais.

Assinale a opção que mantém o mesmo sentido, com forma verbal equivalente:

- (A) O gestor poderá analisar os relatórios mensais.
- (B) O gestor analisaria os relatórios mensais.
- (C) O gestor tem de analisar os relatórios mensais.
- (D) O gestor evita analisar os relatórios mensais.
- (E) O gestor tem analisado os relatórios mensais.

Texto 2 para responder às próximas 3 questões.

- 1 No cotidiano hiperconectado, ser multitarefa virou motivo de orgulho. Quem não exibe a capacidade de responder mensagens enquanto participa de reuniões e lê relatórios simultaneamente parece estar desperdiçando tempo. No entanto, especialistas alertam que essa suposta eficiência é ilusória.
- 2 O cérebro humano não realiza, de fato, várias tarefas complexas ao mesmo tempo — ele apenas alterna rapidamente o foco de atenção. Essa troca constante, além de extenuante, diminui a qualidade do que é feito e pode provocar fadiga mental precoce.
- 3 Paradoxalmente, quanto mais nos dividimos entre múltiplas atividades, mais temos a impressão de que não conseguimos dar conta de tudo. Talvez o verdadeiro desafio não seja fazer mais coisas ao mesmo tempo, mas decidir o que realmente merece nossa atenção.

11

A tese defendida pelo autor é:

- (A) incentivar a realização simultânea de tarefas.
- (B) elogiar o avanço tecnológico que tornou as pessoas mais produtivas.
- (C) demonstrar que a multitarefa aumenta a eficiência no trabalho.
- (D) alertar que a multitarefa diminui produtividade e causa exaustão.
- (E) mostrar que o cérebro humano se aprimorou para lidar com excessos de estímulos.

12

A palavra “essa” em “Essa troca constante, além de extenuante...” (segundo parágrafo) retoma

- (A) reuniões simultâneas.
- (B) a exibição de produtividade.
- (C) a alternância rápida do foco de atenção.
- (D) a falta de tempo para descanso.
- (E) a impressão de incapacidade de realizar tarefas.

13

Deduz-se do texto que:

- (A) a multitarefa é uma habilidade biológica humana inerente desde sempre.
- (B) o foco exclusivo em uma atividade pode resultar em melhor desempenho.
- (C) o cérebro humano consegue processar múltiplas tarefas complexas simultaneamente.
- (D) escolher prioridades é uma forma de procrastinação.
- (E) o ritmo multitarefa aumenta a confiança pessoal.

14

Assinale a alternativa incorreta quanto à concordância.

- (A) É proibido a entrada de pessoas não autorizadas.
- (B) É necessário paciência com processos demorados.
- (C) Ela ficou meio irritada com a demora.
- (D) Ela estava quite com suas obrigações fiscais.
- (E) São deveres do cargo: pontualidade e dedicação.

15

Assinale a alternativa em que a palavra “banco” é usada com o mesmo sentido da frase abaixo:

O banco atualizou as regras de financiamento.

- (A) Os turistas sentaram no banco da praça.
- (B) Pedro abriu conta em um banco digital.
- (C) O rio transbordou além de seu banco.
- (D) O banco do carro estava quebrado.
- (E) O banco de dados foi reorganizado.

16

Assinale a alternativa correta quanto ao uso do acento indicativo de crase.

- (A) Dirigiu-se à secretária do diretor.
- (B) Voltaremos à Brasília amanhã cedo.
- (C) Assistimos à show até tarde.
- (D) Referiu-se à eles na reunião.
- (E) A festa ocorrerá à partir das 19h.

17

Assinale a alternativa em que o termo destacado pertence a uma classe gramatical diferente das demais.

- (A) O aluno está **muito** interessado no projeto.
- (B) A escola teve **muito** avanço neste ano.
- (C) Eles estudaram **muito** para a prova final.
- (D) A coordenadora elogiou **muito** o desempenho da turma.
- (E) A palestra contribuiu **muito** para o aprendizado.

18

Assinale a alternativa em que o adjetivo destacado funciona como adjetivo de relação.

- (A) O curso oferecerá formação **jurídica** para gestores públicos.
- (B) A noite ficou **linda** após o pôr do sol.
- (C) A estudante apresentou um trabalho **brilhante** no congresso.
- (D) Os convidados ficaram **emocionados** com a homenagem.
- (E) O cantor lançou um álbum **incrível** neste semestre.

19

Assinale a alternativa em que a palavra destacada foi substituída por um sinônimo correto.

- (A) efêmero / passageiro
- (B) dissonante / harmonioso
- (C) tênue / intenso
- (D) audaz / medroso
- (E) austero / extravagante

20

Leia o período a seguir:

A empresa, líder do setor no país, investirá em novas tecnologias.

Assinale a alternativa que indica a função sintática da expressão destacada.

- (A) Adjunto adnominal
- (B) Aposto explicativo
- (C) Complemento nominal
- (D) Predicativo do sujeito
- (E) Objeto indireto

Legislação especial**Rafael de Oliveira e Marcos Girão****21**

A Lei n. 9.748/2022, do Estado do Rio de Janeiro, dispõe sobre o provimento dos cargos em comissão de direção, chefia e assessoramento no âmbito do Poder Judiciário fluminense, estabelecendo reserva mínima desses cargos a servidores do próprio Poder.

À luz do que dispõe a Lei n. 9.748/2022 e considerando sua compatibilidade com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A Lei n. 9.748/2022 determina que 80% dos cargos em comissão de direção, chefia e assessoramento do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro sejam reservados exclusivamente aos serventuários ativos, vedada a nomeação de inativos.
- (B) A Lei n. 9.748/2022 estabelece que, no mínimo, 80% dos cargos em comissão de direção, chefia e assessoramento do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro sejam destinados a serventuários ativos e inativos, preservada a natureza de livre nomeação e exoneração desses cargos.
- (C) A reserva mínima prevista na Lei n. 9.748/2022 caracteriza os cargos em comissão, convertendo-os, na prática, em cargos de provimento efetivo.
- (D) A Lei n. 9.748/2022 viola o princípio constitucional do concurso público, uma vez que impede a ampla escolha de pessoas sem vínculo com a Administração Pública.
- (E) A aplicação da Lei n. 9.748/2022 limita-se aos cargos efetivos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, não alcançando cargos em comissão.

22

Carlos é funcionário público estável da administração direta estadual e foi transferido para uma autarquia do mesmo ente federativo, para exercer cargo com atribuições compatíveis, remuneração equivalente e correspondente à sua habilitação profissional. Em outro caso, Maria, também servidora estável do mesmo órgão, requereu remoção para outra unidade administrativa, dentro da mesma entidade, havendo claro na lotação.

Considerando o regime jurídico aplicável (Decreto-Lei n. 220, de 18 de julho de 1975), assinale a alternativa correta.

- (A) A transferência de servidor estável da administração direta para a autarquia é vedada, admitindo-se apenas a remoção dentro do mesmo órgão.
- (B) A transferência entre administração direta e autarquia somente é possível mediante aprovação em novo concurso público.
- (C) É admissível a transferência de servidor estável entre a administração direta e a autarquia, ou entre quadros da mesma entidade, desde que haja equivalência de retribuição e compatibilidade com a habilitação profissional, bem como a remoção entre unidades administrativas quando houver claro na lotação.
- (D) A remoção entre unidades administrativas depende exclusivamente do interesse pessoal do servidor, sendo irrelevante a existência de claro na lotação.
- (E) A transferência pode ocorrer independentemente da equivalência remuneratória, desde que haja necessidade do serviço.

23

O Conselho da Magistratura de determinado Tribunal de Justiça, no exercício de suas atribuições, organizou a lista anual de antiguidade dos magistrados e a publicou oficialmente. No prazo de dez dias, um magistrado apresentou reclamação quanto à sua posição na lista, a qual foi apreciada pelo próprio Conselho. Inconformado com a decisão, interpôs recurso ao Órgão Especial dentro do prazo legal.

Com base no art. 20, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete ao Conselho da Magistratura apenas organizar a lista de antiguidade, sendo a apreciação de eventuais reclamações atribuição exclusiva do Órgão Especial.
- (B) O Conselho da Magistratura pode, além de organizar a lista de antiguidade, julgar as reclamações apresentadas no prazo de 15 dias, cabendo recurso ao Órgão Especial em igual prazo.
- (C) A elaboração da lista de antiguidade e o julgamento das reclamações dependem de prévia provocação do Órgão Especial.
- (D) O Conselho da Magistratura não possui competência para sugerir projetos no âmbito do Tribunal, limitando-se à função administrativa interna.

- (E) A decisão do Conselho da Magistratura sobre a lista de antiguidade é irrecorrível no âmbito do Tribunal.

24

Um servidor lotado na Corregedoria-Geral de Justiça do TJ RJ pretende interpor pedido de reconsideração contra decisão do Corregedor-Geral que determinou a instauração de processo administrativo disciplinar. À luz do Código de Normas da Corregedoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro, assinale a alternativa correta.

- (A) O pedido de reconsideração deverá ser interposto no prazo de 8 dias, contados apenas da ciência pessoal da decisão, não se admitindo contagem pela publicação no órgão oficial.
- (B) Admitido o pedido de reconsideração, caso seja indeferido, poderá ser renovado uma única vez, desde que a parte apresente novos fundamentos.
- (C) O pedido de reconsideração terá prazo de 8 dias úteis, contados da ciência da decisão ou da publicação no órgão oficial, e não poderá ser renovado em qualquer hipótese.
- (D) O pedido de reconsideração terá efeito suspensivo automático, impedindo a produção de efeitos da decisão recorrida até o seu julgamento.
- (E) O pedido de reconsideração somente é cabível contra decisões de juiz auxiliar da Corregedoria que apliquem penalidade disciplinar.

25

Durante um processo administrativo complexo envolvendo o CNJ, eventos institucionais de grande porte e a tramitação de recursos representativos de controvérsia encaminhados ao STJ, o Presidente do TJ RJ determinou que cada unidade competente atuasse nos limites de sua atribuição. No entanto, um relatório interno apontou que algumas unidades extrapolaram suas competências legais. Considerando a Resolução OE n. 03/2025, do TJ RJ, assinale a alternativa correta:

- (A) A Assessoria para Assuntos Referentes aos Tribunais Superiores, CNJ e Legislativos é a unidade responsável por acompanhar a tramitação dos recursos representativos da controvérsia no STF e STJ, devendo subsidiar o órgão jurisdicional competente no julgamento de precedentes qualificados.
- (B) O Gabinete dos Juizes Auxiliares possui competência para elaborar minutas de informações e defesas institucionais perante o CNJ, bem como para controlar prazos de intimações oriundas daquele conselho.
- (C) A Assessoria Especial de Cerimonial pode assumir, em colaboração com o Departamento de Precatórios, a atividade de supervisão de cálculos de atualização de valores de precatórios, desde que haja delegação expressa da Presidência.

- (D) A Assessoria de Gestão de Precedentes e Análise de Jurisprudência é a unidade competente para acompanhar, nos tribunais superiores, processos submetidos a julgamento com potencial de formação de precedentes qualificados.

- (E) O Departamento de Precatórios Judiciais, embora realize comunicação às entidades devedoras e controle de contas especiais, não possui competência para atualização de listas cronológicas, tarefa exclusiva do Órgão Especial.

26

A respeito das competências das unidades vinculadas à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, conforme a Resolução OE n. 03/2025, do TJ RJ, analise os itens:

- I – Cabe ao Gabinete da Presidência dirigir, orientar e coordenar atividades que atendam ao Chefe do Poder Judiciário, inclusive supervisionar a recepção, seleção e encaminhamento de correspondências.
- II – A Assessoria Especial de Eventos tem competência para garantir a proteção de dados pessoais armazenados, observando a Lei Geral de Proteção de Dados, controlando o acesso às informações relativas aos eventos.
- III – À Assessoria para Assuntos dos Tribunais Superiores, CNJ e Legislativos compete adotar providências para o cumprimento das cartas de ordem do CNJ, promovendo a comunicação da pessoa intimada.
- IV – À Assessoria das Obrigações Fiscais e Tributárias do eSocial/EFD-Reinf/DCTFWeb compete supervisionar o desenvolvimento de funcionalidades do sistema de concursos para magistratura, sugerindo melhorias.
- V – O Departamento de Movimentação de Magistrados é responsável por elaborar e publicar editais de promoção e remoção para provimento de cargos da magistratura, bem como manter atualizada a lista de antiguidade.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens I, II, III e V estão corretos.
- (B) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- (C) Apenas os itens I, III e V estão corretos.
- (D) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- (E) Apenas os itens III, IV e V estão corretos.

27

O Presidente do Tribunal de Justiça determinou a realização de uma operação conjunta envolvendo várias unidades administrativas: (a) um incidente crítico de indisponibilidade de sistemas judiciais; (b) necessidade de organizar em 48 horas uma sessão extraordinária do Conselho da Magistratura; e (c) comunicação imediata ao NUGEP e ao Presidente sobre a admissão de um novo IRDR no Órgão Especial. Considerando as atribuições previstas na Resolução OE n. 03/2025, assinale a alternativa correta:

- (A) A Divisão de Continuidade, do Departamento de Segurança da Informação, é responsável por gerenciar a organização das sessões extraordinárias do Conselho da Magistratura, quando houver risco tecnológico que possa gerar adiamentos.
- (B) O Departamento de Processos do Tribunal Pleno e do Órgão Especial deve comunicar ao NUGEP e ao Presidente a admissibilidade de IRDR, bem como a fixação de teses e determinações de suspensão decorrentes.
- (C) O Serviço de Autuação do Departamento de Processos do Conselho da Magistratura é responsável tanto por autuar processos relativos a licenças de magistrados quanto por coordenar o processamento de mandados de segurança coletivos e suas execuções.
- (D) Compete exclusivamente ao Departamento de Apoio aos Órgãos Colegiados Administrativos gerenciar incidentes de indisponibilidade de serviços de TIC que impactem o funcionamento dos órgãos colegiados.
- (E) A Secretaria-Geral Judiciária, por coordenar sessões do Tribunal Pleno e Órgão Especial, deve supervisionar diretamente a continuidade dos serviços essenciais de TIC quando houver risco de paralisação de sessões colegiadas.

28

O Presidente do TJ RJ determinou a criação de um grupo de resposta rápida para lidar com três demandas simultâneas:

- I – A necessidade de verificar se um processo disciplinar sigiloso em tramitação no segundo grau está conforme as últimas determinações judiciais;
- II – A obrigação de autuar e instruir um processo administrativo decorrente de reclamação de juiz contra sua colocação na lista de antiguidade;
- III – A urgência em expedir mandados de pagamento relativos a Requisições de Pequeno Valor (RPVs), vinculadas a um cumprimento de sentença que tramita no Órgão Especial.

Com base nas atribuições dos departamentos que compõem a estrutura da Secretaria-Geral Judiciária da Presidência do TJ RJ, assinale a alternativa correta.

- (A) A verificação de regularidade do processo disciplinar sigiloso compete ao Serviço de Processamento Cível, do Departamento de Processos do Tribunal Pleno e do Órgão Especial.
- (B) A expedição de mandados de pagamento em RPVs é competência do Serviço de Processamento Criminal e Administrativo Disciplinar, por envolver efeitos financeiros derivados de decisão judicial.
- (C) A autuação da reclamação disciplinar e a expedição de ofícios para cumprimento de ordens do STF devem ser realizadas exclusivamente pelo Departamento de Processos do Conselho da Magistratura.
- (D) A verificação de cumprimento das últimas decisões em processo disciplinar sigiloso deve ser realizada pela Divisão de Processamentos Especiais, pois ela atua em todos os feitos sigilosos da Presidência.
- (E) A reclamação de magistrado contra colocação em lista de antiguidade deve ser autuada pelo Serviço de Autuação, do Departamento de Processos do Conselho da Magistratura.

Noções dos Direitos das Pessoas com Deficiência

Carlinhos Costa

29

Mariana, 32 anos, possui deficiência intelectual moderada e está submetida ao regime de curatela, tendo seu irmão mais velho nomeado como curador. Mariana manifesta o desejo de casar-se com seu namorado e realizar uma cirurgia estética eletiva. O irmão, contudo, opõe-se a ambas as decisões, alegando que a sentença de interdição (curatela) retira de Mariana a capacidade para reger sua própria vida, inclusive no âmbito afetivo e sobre o próprio corpo.

Considerando o novo paradigma trazido pela Lei n. 13.146/2015 em relação à capacidade civil, assinale a opção que apresenta a análise jurídica correta do caso.

- (A) A deficiência afeta a plena capacidade civil de Mariana, tornando-a absolutamente incapaz; portanto, todas as decisões, incluindo o casamento e procedimentos médicos, dependem da autorização expressa do curador.
- (B) A curatela é uma medida extraordinária que afeta tão somente os atos de natureza patrimonial e negocial; logo, Mariana conserva o direito ao próprio corpo e ao matrimônio, não podendo o curador impedi-la com base apenas na curatela.
- (C) Mariana pode casar-se, pois esse direito não é afetado pela curatela, mas a realização da cirurgia estética depende da autorização do curador, uma vez que envolve contratação de serviços médicos onerosos, o que se enquadra em gestão patrimonial.
- (D) Para casar-se, Mariana necessita de autorização judicial suprindo o consentimento do curador, uma vez que a LBI estabelece que a pessoa com deficiência em situação de curatela é relativamente incapaz para atos da vida civil familiar.
- (E) A curatela abrange todos os atos da vida civil, exceto o direito ao voto; portanto, tanto o casamento quanto a cirurgia dependem da aquiescência do curador, salvo se Mariana aderir ao processo de Tomada de Decisão Apoiada.

Ética no Serviço Público

Glauber Marinho

30

Considerando as disposições do Código de Ética do Servidor e do Colaborador do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro analise as alternativas e assinale a que figura como uma exigência a destinatários(as) da norma

- (A) cumprimento dos deveres funcionais com denodo
- (B) publicizar todos os atos judiciais e administrativos
- (C) manifestar para o público interno divergência com seus superiores em razão de determinação legal recebida com o objetivo de encontrar uma solução colaborativa para os conflitos
- (D) compartilhar senhas e/ou outras formas de acesso aos sistemas eletrônicos do Tribunal de Justiça quando favorável ao bem comum
- (E) tomar decisão quando perceber a existência de conflito de interesses

Noções de Direito Administrativo

Maria Júlia

31

Durante consultoria ao governo estadual, você deve explicar a diferença entre autarquia, fundação pública de direito privado e empresa pública. Considere as seguintes afirmações:

- I – Autarquias adquirem personalidade jurídica diretamente com a edição da lei específica.
- II – Empresas públicas e sociedades de economia mista dependem de autorização legal e posterior registro dos atos constitutivos.
- III – Fundações públicas sempre possuem personalidade jurídica de direito privado.
- IV – As entidades da administração indireta possuem autonomia administrativa e financeira, mas não possuem parcela do poder político.

Está correto o que se afirma em:

- (A) apenas I e II.
- (B) apenas I, II e IV.
- (C) apenas III e IV.
- (D) apenas IV.
- (E) I, II, III e IV.

32

O servidor Marcos, responsável pelo almoxarifado de um órgão estadual, deixou de registrar a entrada de diversos materiais. Constatada a infração em sindicância, a autoridade competente aplicou suspensão por 30 dias, conforme previsão estatutária.

Segundo a classificação dos atos administrativos, o ato sancionatório aplicado à Marcos é:

- (A) ato negocial, discricionário e unilateral.
- (B) ato punitivo, vinculado e de efeitos internos.
- (C) ato punitivo, discricionário e de efeitos externos.
- (D) ato enunciativo, unilateral e contrário ao servidor.
- (E) ato normativo, concreto e autoexecutório.

33

O Estado Alfa convidou cidadãos para atuarem como mesários nas eleições municipais. O exercício dessas funções não é remunerado e ocorre apenas durante o período eleitoral. À luz da classificação constante no arquivo, tais agentes são classificados como:

- (A) agentes políticos, pois exercem função essencial ao Estado com autonomia política.
- (B) agentes administrativos, pois realizam atividades típicas da Administração.
- (C) agentes honoríficos, pois colaboram com o Estado em razão de convocação legal.
- (D) agentes delegados, pois executam funções por delegação contratual.
- (E) agentes credenciados, pois atuam por meio de mandato administrativo informal.

34

Lucas ocupava exclusivamente cargo em comissão de assessor especial. Durante seu afastamento médico por pneumonia, foi exonerado por decisão fundamentada apenas na falta de alinhamento com a nova gestão do órgão. Lucas ajuizou ação alegando ser necessária motivação técnica e processo administrativo prévio. A exoneração *ad nutum* decorre do exercício do:

- (A) poder disciplinar, exigindo processo administrativo prévio.
- (B) poder hierárquico, baseado na subordinação entre servidor e autoridade.
- (C) poder vinculado, dada a obrigatoriedade legal de exoneração.
- (D) poder discricionário, porque cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração.
- (E) poder regulamentar, em razão da necessidade de fixação de normas internas.

35

O Município de Arpoador pretendia contratar empresa privada para executar reforma em prédio público. Durante a análise preliminar, o controlador interno alertou que a Lei n. 14.133/2021 se aplica às administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais, bem como a todas as entidades controladas diretamente pelo Município.

Considerando o disposto na Lei n. 14.133/2021, a advertência do controlador alcança:

- (A) apenas os órgãos do Poder Executivo municipal, excluídas autarquias e fundações.
- (B) apenas os órgãos do Poder Legislativo municipal, quando atuarem em função típica.
- (C) autarquias, fundações e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.
- (D) empresas públicas municipais, regidas exclusivamente pela Lei n. 14.133/2021.
- (E) sociedades de economia mista municipais, desde que realizem função administrativa.

36

O Município de Serra Azul pretende adquirir 8 mil cadeiras escolares com especificações amplamente disponíveis no mercado. A área técnica sugeriu a realização de concorrência, alegando que o objeto se enquadra como aquisição e que a quantidade exigiria rito mais complexo. O pregoeiro municipal, no entanto, afirmou que a modalidade adequada seria outra.

À luz da Lei n. 14.133/2021, a modalidade correta para essa contratação é:

- (A) concorrência, pois toda aquisição de bens deve ser feita por essa modalidade.
- (B) concurso, pois envolve definição de padrões técnicos.
- (C) leilão, em razão do número elevado de unidades.
- (D) pregão, pois o objeto tem padrões de desempenho e qualidade definidos por especificações usuais de mercado.
- (E) diálogo competitivo, por envolver escolha de soluções técnicas.

37

Em reclamação administrativa proposta contra um órgão público, uma segurada alegou que não conseguia saber em que setor seu processo estava, nem obter cópia dos documentos juntados pela própria autarquia, sob o argumento de que “o sistema é interno”. Além disso, o servidor responsável negou-se a receber novos documentos, afirmando que “já passou a fase de juntada”.

Com base na Lei de Processo Administrativo Federal (Lei n. 9.784/1999), é correto afirmar que:

- (A) o servidor agiu corretamente, pois a Administração não está obrigada a franquear vista dos autos ao administrado após a fase de instrução.
- (B) a Administração pode recusar o recebimento de documentos sempre que entender que a juntada atrasará o processo, em nome da eficiência.
- (C) a segurada tem direito de ter ciência da tramitação do processo, de obter cópias e é vedada à Administração a recusa imotivada de documentos.
- (D) a recusa de recebimento de documentos é legítima porque o administrado tem o dever de não agir de modo temerário.
- (E) a Administração só tem o dever de permitir vista dos autos quando o interessado estiver assistido por advogado.

38

Um motorista avança o sinal e colide com viatura policial que trafegava em perseguição, mas acima da velocidade permitida. A perícia conclui que ambos contribuíram para o acidente. Segundo a doutrina majoritária:

- (A) o Estado responde integralmente pelo dano causado ao motorista.
- (B) o motorista responde integralmente, pois sua infração é causa superveniente excludente.
- (C) não há responsabilidade estatal quando o particular também contribui para o dano.
- (D) o Estado responde proporcionalmente, devido à culpa concorrente.
- (E) o Estado responde objetivamente e deve indenizar integralmente, mesmo havendo culpa concorrente.

Noções de Direito Constitucional

Vinícius Marques

39

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estruturou o Estado brasileiro a partir de fundamentos axiológicos e organizacionais que orientam toda a ordem jurídica e condicionam a interpretação das normas constitucionais. Os princípios fundamentais, previstos nos arts. 1º a 4º da Constituição, não apenas orientam a atuação dos poderes públicos, mas vinculam diretamente a administração pública, o Poder Judiciário e todos os aplicadores do direito. Considerando a natureza, o alcance e a função normativa dos princípios fundamentais, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Os princípios fundamentais previstos nos arts. 1º a 4º da Constituição funcionam como meras diretrizes políticas, sem força normativa vinculante, dependendo sempre de concretização legislativa para condicionarem a atuação dos Poderes estatais.
- (B) A dignidade da pessoa humana, prevista no art. 1º, III, constitui valor meramente moral e não tem aplicabilidade jurídica direta, sendo inapta para fundamentar decisões judiciais ou políticas públicas sem regulamentação legislativa específica.
- (C) A separação dos Poderes, prevista no art. 2º, deve ser entendida em sentido rígido, impedindo qualquer forma de colaboração ou controle recíproco entre os Poderes, sendo vedado ao Judiciário exercer qualquer controle sobre políticas públicas.
- (D) Os princípios fundamentais possuem força jurídica normativa plena, vinculam imediatamente todos os poderes públicos e particulares, orientam a interpretação constitucional, servem de limite material ao poder de reforma e compõem o núcleo estruturante do Estado brasileiro, especialmente no que se refere ao regime democrático, aos objetivos da República e aos princípios das relações internacionais.
- (E) Os fundamentos do Estado brasileiro previstos no art. 1º possuem eficácia meramente programática, exigindo complementação legislativa para que produzam efeitos concretos no âmbito do controle de constitucionalidade realizado pelo Poder Judiciário.

40

A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro ajuizou, perante o TJ-RJ, ação coletiva em favor dos presos da Cadeia Pública José Frederico Marques, em Benfica, alegando violação massiva aos direitos fundamentais dos internos. Relatório técnico anexado aos autos apontou superlotação superior a 300 por cento, ausência de acesso regular a água potável, falhas graves na prestação de serviços de saúde, falta de atendimento jurídico mínimo, proliferação de doenças infectocontagiosas e inexistência de classificação adequada dos presos, que eram recolhidos sem qualquer critério de periculosidade ou situação processual. Diante da omissão reiterada do Estado em implementar as determinações judiciais anteriores, a Defensoria requereu que o TJ-RJ reconhecesse a existência de um “estado de coisas inconstitucional” no estabelecimento prisional, determinando medidas estruturais, como elaboração de plano de redução da superlotação e criação de novas varas de execução penal. À luz dos direitos e garantias fundamentais e da orientação firmada pelo STF, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O reconhecimento de estado de coisas inconstitucional em unidade prisional depende de decreto legislativo específico, sendo vedado ao Poder Judiciário declarar tal situação por ausência de previsão normativa expressa na Constituição Federal.
- (B) O Poder Judiciário pode reconhecer a existência de um estado de coisas inconstitucional quando constatada violação estrutural e massiva dos direitos fundamentais dos presos, determinando atuação cooperativa entre União, Estado e órgãos do sistema de justiça, inclusive com elaboração de planos estruturais, nos termos do entendimento consolidado pelo STF.
- (C) A declaração de estado de coisas inconstitucional impede qualquer intervenção do Poder Judiciário, pois transfere exclusivamente ao Poder Executivo a responsabilidade pela formulação e execução de políticas públicas relativas ao sistema penitenciário.
- (D) O estado de coisas inconstitucional somente pode ser reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal, sendo vedado ao TJ-RJ ou a qualquer tribunal inferior aplicar a tese, mesmo diante de violações graves e reiteradas no sistema penitenciário local.
- (E) A atuação judicial em matéria penitenciária deve limitar-se a garantir o mínimo existencial, não sendo possível impor medidas estruturais ou exigir planos de ação do Estado, sob pena de violação ao princípio da separação dos poderes.

41

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro instaurou procedimento administrativo para apurar reiteradas denúncias contra uma empresa terceirizada que presta serviços ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Diversos funcionários relataram atraso sistemático no pagamento dos salários, retenção injustificada de parte da remuneração e imposição de condições abusivas para liberação dos valores. A empresa defendia que a situação seria apenas um “problema contábil”, enquanto o órgão gestor contratante sustentava que eventual responsabilização penal dependeria da tipificação legal específica, inexistente no ordenamento jurídico. Diante disso, o MP requereu ao TJ-RJ comunicação formal ao Congresso Nacional para adoção das medidas legislativas cabíveis e avaliação de possível omissão inconstitucional. Considerando o regime constitucional dos direitos sociais e o entendimento do STF sobre o mandado de criminalização previsto no art. 7º, X, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A Constituição não contém mandados vinculantes de criminalização, razão pela qual o Congresso Nacional possui absoluta discricionariedade para tipificar ou não condutas penais, inexistindo mora legislativa mesmo após mais de três décadas da promulgação constitucional.
- (B) A omissão legislativa somente pode ser reconhecida se inexistirem projetos de lei em tramitação sobre o tema, de modo que a mera existência de proposições legislativas afasta automaticamente a configuração de mora inconstitucional.
- (C) O tipo penal da apropriação indébita é suficiente para tutelar a conduta de retenção dolosa de salários, de modo que não há que se falar em omissão constitucional ou necessidade de lei específica para cumprimento do mandado de criminalização.
- (D) A inexistência de lei penal específica impede o reconhecimento de mora legislativa, uma vez que a Constituição confere ampla liberdade ao legislador para definir a melhor forma de proteção do salário, podendo ele optar por mecanismos não-penais de tutela.
- (E) O art. 7º, X, da Constituição Federal contém mandado constitucional de criminalização de natureza vinculante relativo à retenção dolosa de salário, de modo que a ausência de lei específica configura omissão inconstitucional, impondo ao Congresso Nacional o dever de legislar em prazo determinado, conforme entendimento do STF.

42

A Constituição Federal estabelece a repartição de competências entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, definindo matérias de competência privativa, comum e concorrente. No contexto da organização administrativa brasileira, a adequada compreensão desses dispositivos é fundamental para o controle de constitucionalidade de leis locais, para a atuação do Poder Judiciário e para a correta estruturação dos atos administrativos. Considerando os arts. 22 e 23 da Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A competência privativa da União para legislar sobre telecomunicações, informática e radiodifusão não impede que Estados e Municípios editem normas complementares sobre conteúdo de programação, publicidade ou uso de redes digitais, desde que voltadas ao interesse local.
- (B) A competência comum prevista no art. 23 autoriza a edição de leis estaduais e municipais disciplinando matérias como trânsito, transporte e política de crédito, desde que haja interesse regional ou local relevante e não exista conflito direto com norma federal.
- (C) A competência privativa da União para legislar sobre direito penal, trânsito, telecomunicações, energia, águas e navegação impede que Estados e Municípios editem leis sobre esses temas, ainda que sob o argumento de interesse local, restando-lhes apenas a execução administrativa de políticas públicas nessas áreas.
- (D) A competência comum para proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural autoriza Municípios a legislar plenamente sobre tombamento, regras de ocupação do solo e normas de preservação, ainda que em sentido contrário às diretrizes federais, porque prevalece o princípio da predominância do interesse local.
- (E) A repartição constitucional de competências admite que Estados legislem sobre direito do trabalho e serviço postal, desde que haja necessidade temporária e justificável de suplementação às normas federais.

43

A Emenda Constitucional n. 88/2015, conhecida como “PEC da Bengala”, alterou o limite de idade para aposentadoria compulsória de ministros dos tribunais superiores, gerando debates constitucionais relevantes sobre separação de poderes, independência judicial e interpretação das condições previstas no art. 52 da Constituição. Considerando o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal acerca do tema, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) É inconstitucional exigir nova sabatina e aprovação pelo Senado Federal para que Ministros do STF, Tribunais Superiores e TCU permaneçam no cargo após os 70 anos, pois essa condição viola a separação dos Poderes, cria ingerência indevida do Legislativo sobre o Judiciário e compromete a independência judicial, devendo prevalecer a aposentadoria compulsória aos 75 anos, sem necessidade de nova aprovação parlamentar.
- (B) A EC n. 88/2015 transformou automaticamente o limite de aposentadoria compulsória de todos os magistrados do país em 75 anos, independentemente de regulamentação por lei complementar, aplicando-se imediatamente a juízes federais, estaduais e desembargadores.
- (C) A expressão “nas condições do art. 52 da Constituição Federal”, inserida no art. 100 do ADCT, foi considerada constitucional pelo STF, pois a realização de nova sabatina seria forma legítima de controle democrático sobre a permanência dos Ministros por tempo superior ao originalmente previsto.
- (D) O STF assentou que a regra da aposentadoria compulsória aos 75 anos somente poderia vigorar após edição de lei ordinária nacional, cabendo ao Congresso disciplinar livremente as exceções, inclusive restringindo a aplicação aos membros de tribunais superiores.
- (E) A submissão dos Ministros a nova sabatina aos 70 anos seria compatível com a Constituição, pois reforça o princípio da soberania popular e o controle do Senado sobre a composição dos Tribunais Superiores, não havendo violação à separação dos Poderes.

44

Os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs), instituídos pela Resolução n. 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça, desempenham papel central na política pública de autocomposição. O art. 11 da resolução estabelece que a presença de advogados ou defensores públicos é facultativa em procedimentos de mediação e conciliação relativos a direitos patrimoniais disponíveis. Considerando a interpretação firmada pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 6.324/DF, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A facultatividade da presença de advogados nos CEJUSCs é inconstitucional, pois viola a indispensabilidade da advocacia prevista no art. 133 da Constituição Federal, devendo todo procedimento de conciliação contar necessariamente com a representação técnica das partes.
- (B) A previsão do art. 11 da Resolução n. 125/2010 é válida apenas para casos que não envolvam direitos patrimoniais disponíveis, sendo necessária a representação obrigatória por advogados nas hipóteses de autocomposição envolvendo patrimônio, devido à natureza eminentemente dispositiva desses direitos.
- (C) É constitucional a facultatividade da presença de advogados nos CEJUSCs, pois a Resolução n. 125/2010 não suprime a indispensabilidade da advocacia, limitando-se a permitir que, em direitos patrimoniais disponíveis, as partes compareçam sem assistência jurídica, desde que respeitadas as hipóteses legais que exigem representação obrigatória e assegurada a simetria procedimental quando apenas uma das partes estiver acompanhada por advogado.
- (D) A facultatividade prevista na resolução somente se aplica a procedimentos extrajudiciais, sendo inconstitucional quando adotada em procedimentos autocompositivos conduzidos pelo Poder Judiciário, pois estes exigem, por natureza, a presença de advogados ou defensores públicos.
- (E) A participação facultativa de advogados nos CEJUSCs configura usurpação de competência legislativa, pois cabe exclusivamente ao Congresso Nacional, por meio de lei ordinária, dispor sobre a obrigatoriedade ou não de representação técnica em procedimentos judiciais e extrajudiciais.

45

A Defensoria Pública exerce função essencial à justiça, possuindo autonomia organizacional, administrativa e funcional, com atribuições específicas previstas na Constituição e na Lei Complementar n. 80/1994. Em procedimentos envolvendo crianças e adolescentes vítimas de violência, especialmente após a Lei n. 13.431/2017, o ordenamento passou a exigir atendimento integral, especializado e humanizado. Considerando o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça e a disciplina jurídico-constitucional da Defensoria Pública, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A Defensoria Pública somente pode atuar em procedimentos de escuta especializada quando houver provocação formal da vítima ou de seu responsável legal, sendo inconstitucional qualquer intimação de ofício pelo magistrado, pois isso configuraria interferência indevida na autonomia funcional da instituição.
- (B) A atuação da Defensoria Pública em procedimentos de escuta especializada depende da prévia concordância do Ministério Público, visto que a assistência jurídica em favor de vítimas de violência é função típica do Parquet, não podendo o juiz determinar a participação de defensores públicos nos atos.
- (C) O juiz pode intimar a Defensoria Pública de ofício para assistir crianças e adolescentes vítimas de violência em procedimentos de escuta especializada, pois essa atribuição encontra fundamento expresso na Lei n. 80/1994, na Lei n. 13.431/2017 e na própria Constituição Federal, não configurando sobreposição indevida às funções do Ministério Público e garantindo atendimento integral e humanizado.
- (D) A participação da Defensoria Pública em procedimentos de escuta especializada viola o sistema acusatório, pois transfere ao órgão funções típicas de acusação, sendo necessário que a assistência jurídica às vítimas seja prestada exclusivamente por advogado dativo nomeado pelo juiz.
- (E) A atuação da Defensoria Pública em favor de crianças e adolescentes vítimas de violência deve restringir-se ao âmbito cível, especialmente nos processos de destituição do poder familiar, não sendo admitida sua intervenção em atos de natureza criminal, sob pena de afronta ao monopólio acusatório do Ministério Público.

46

A Constituição Federal disciplina, nos arts. 108 e 109, a competência dos Tribunais Regionais Federais e dos juízes federais, estabelecendo hipóteses específicas de competência originária, recursal e material. Essas regras constituem normas estruturantes da organização do Poder Judiciário, especialmente no tocante à definição das causas de natureza federal e das situações em que a jurisdição deve ser exercida pelos TRFs ou pelos juízes federais de primeiro grau. Considerando o regime constitucional da Justiça Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Compete originariamente aos Tribunais Regionais Federais julgar todas as causas em que a União figure como autora, ré ou assistente, independentemente da matéria, já que o art. 108 da Constituição define competência ampla e absoluta dos TRFs para processar e julgar tais demandas.
- (B) Compete aos juízes federais processar e julgar os mandados de segurança e os habeas data impetrados contra ato de autoridade federal, salvo quando a competência for dos Tribunais Regionais Federais, nos termos do art. 109, VIII, da Constituição, que reserva aos TRFs apenas os mandados de segurança e habeas data dirigidos contra atos do próprio Tribunal ou de juiz federal.
- (C) Os Tribunais Regionais Federais possuem competência originária para julgar crimes políticos, por serem matérias federais por excelência, e, portanto, inerentes à jurisdição de segundo grau prevista no art. 108, I, da Constituição Federal.
- (D) Compete ao TRF processar e julgar originariamente todos os habeas corpus, sempre que a União for interessada na causa, independentemente de quem seja a autoridade coatora, dada a centralidade do interesse federal na definição da competência.
- (E) Os juízes federais não detêm competência para julgar crimes praticados a bordo de aeronaves, por esses integrarem a competência da Justiça Militar, conforme interpretação sistemática do art. 109, IX, da Constituição Federal.

Noções de Direito Processual Civil

Cristiny Rocha

47

Uma autoridade administrativa estrangeira solicita ao Brasil a obtenção de informações sobre um processo judicial em curso, sem que haja decisão judicial estrangeira a ser homologada ou submetida a juízo de delibação. O pedido é encaminhado à autoridade central brasileira, observando-se a legislação processual civil. Com base nas disposições sobre cooperação internacional, assinale a alternativa correta.

- (A) O pedido deverá ser formulado por carta rogatória e apreciado pelo Superior Tribunal de Justiça, em procedimento de jurisdição voluntária.
- (B) Trata-se de hipótese de auxílio direto, admitido quando a medida não decorre diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira.
- (C) O pedido deverá ser encaminhado diretamente ao juízo estadual do local da diligência, independentemente da atuação da autoridade central.
- (D) Ainda que não haja decisão judicial estrangeira, o pedido dependerá de homologação prévia pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (E) A autoridade central brasileira apenas atuará se houver tratado internacional específico, sendo vedada a cooperação fora dessa hipótese.

48

Em determinada comarca, um processo cível é encaminhado ao Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos. As partes possuem vínculo contratual anterior e manifestam interesse em tentar a autocomposição. Não havendo consenso inicial quanto à escolha do profissional que conduzirá a sessão, o tribunal procede à designação conforme as regras legais. Com base no CPC, assinale a alternativa correta.

- (A) Deverá ser designado um conciliador, que poderá sugerir soluções às partes, ainda que exista vínculo anterior entre elas.
- (B) A mediação é regida pelo princípio da confidencialidade, sendo vedado ao mediador depor sobre fatos conhecidos no procedimento.
- (C) A ausência de acordo quanto à escolha do profissional impede a realização da mediação ou conciliação.
- (D) O mediador poderá impor solução às partes, desde que observe a informalidade do procedimento.
- (E) Apenas profissionais cadastrados no tribunal podem atuar como mediadores escolhidos de comum acordo pelas partes.

49

Em uma ação possessória envolvendo imóvel urbano, na qual não há incapazes no polo da demanda nem discussão coletiva pela posse da terra, a Fazenda Pública municipal integra o processo como parte. Durante a tramitação, discute-se a necessidade de intervenção do Ministério Público e os poderes que lhe são atribuídos quando atua como fiscal da ordem jurídica. Com base no CPC, assinale a alternativa correta.

- (A) A presença da Fazenda Pública no processo impõe, obrigatoriamente, a intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica.
- (B) Intimado para intervir, o Ministério Público deverá manifestar-se antes das partes e não poderá recorrer das decisões proferidas no processo.
- (C) O Ministério Público não possui prazo diferenciado para manifestação nos autos, aplicando-lhe as mesmas regras das partes.
- (D) Ainda que deixe de apresentar parecer no prazo legal, o processo ficará suspenso até manifestação obrigatória do Ministério Público.
- (E) O Ministério Público será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.

50

Em uma ação cível, o autor é assistido pela Defensoria Pública. Durante a fase de conhecimento, surge a necessidade de prática de determinado ato processual que depende exclusivamente de informação a ser prestada pela própria parte. Discute-se, então, a forma de intimação, os prazos processuais aplicáveis à Defensoria Pública e a responsabilidade funcional de seus membros. Com base no CPC, assinale a alternativa correta.

- (A) A Defensoria Pública atua apenas na defesa de direitos individuais, não lhe competindo a tutela de direitos coletivos dos necessitados.
- (B) O prazo em dobro concedido à Defensoria Pública inicia-se com a publicação do ato no diário oficial, tal como ocorre com os advogados privados.
- (C) A requerimento da Defensoria Pública, o juiz poderá determinar a intimação pessoal da parte patrocinada quando o ato depender de providência ou informação que somente por ela possa ser prestada.
- (D) O benefício do prazo em dobro é absoluto e se aplica mesmo quando a lei estabelecer prazo próprio para a Defensoria Pública.
- (E) O membro da Defensoria Pública somente responderá civilmente por culpa no exercício de suas funções.

51

Em determinado processo cível, a parte é intimada para a prática de um ato processual. A lei não estabelece prazo específico para o cumprimento da providência, tampouco o juiz fixa prazo diverso. O ato é praticado pela parte antes mesmo do início da contagem do prazo legal. Discute-se a regularidade da prática do ato e a disciplina aplicável à contagem dos prazos processuais. Com base no CPC, assinale a alternativa correta.

- (A) O ato processual será considerado tempestivo, ainda que praticado antes do termo inicial do prazo.
- (B) Na ausência de prazo legal, o prazo será de 10 dias, contado em dias corridos.
- (C) A contagem do prazo deverá incluir o dia do começo e excluir o dia do vencimento.
- (D) Durante o período de 20 de dezembro a 20 de janeiro, ficam suspensas todas as atividades dos órgãos do Judiciário.
- (E) A suspensão entre 20 de dezembro e 20 de janeiro aplica-se também aos prazos de natureza material.

52

Em determinado processo judicial, verifica-se a existência de vício em um ato processual. Constatado que alguns atos subsequentes dependem diretamente desse ato viciado, enquanto outros podem ser aproveitados sem prejuízo às partes, o juiz analisa a extensão da nulidade e as providências a serem adotadas. Com base no CPC, assinale a alternativa correta.

- (A) Reconhecida a nulidade de um ato processual, todos os atos subsequentes serão automaticamente anulados, ainda que independentes.
- (B) Pronunciada a nulidade, o juiz limitar-se-á a anulá-la, sendo vedada a indicação dos atos atingidos e das providências a serem adotadas.
- (C) O ato processual deverá ser repetido em qualquer hipótese, ainda que não haja prejuízo à parte.
- (D) Quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou supri-lhe a falta.
- (E) O erro de forma do processo acarreta a nulidade de todos os atos praticados, independentemente da possibilidade de aproveitamento.

53

Em um processo cível, o juiz profere sentença contendo omissão relevante sobre ponto suscitado pela parte. Dentro do prazo legal, a parte opõe embargos de declaração. Discute-se o prazo, os efeitos do recurso e as consequências processuais de sua interposição. Com base no CPC, assinale a alternativa correta.

- (A) Os embargos de declaração dependem de preparo e possuem, como regra, efeito suspensivo.
- (B) Os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de outros recursos, ainda que não tenham efeito suspensivo.
- (C) O prazo para oposição de embargos de declaração é de 10 dias, contado da publicação da decisão.
- (D) O acolhimento dos embargos de declaração jamais pode implicar modificação da decisão embargada.
- (E) Os embargos de declaração, quando rejeitados, não produzem efeitos para fins de pré-questionamento.

54

Um tribunal disponibiliza determinado ato judicial no Diário da Justiça eletrônico em uma sexta-feira. A parte interessada discute a data da publicação oficial do ato e o termo inicial do prazo processual correspondente, nos termos da Lei n. 11.419/2006. Com base na legislação aplicável, assinale a alternativa correta.

- (A) Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico, iniciando-se o prazo processual no dia útil subsequente.
- (B) A disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico já configura, por si só, a data da publicação oficial do ato.
- (C) A publicação eletrônica não substitui a publicação no diário oficial impresso, sendo exigida a dupla publicação.
- (D) A intimação eletrônica não pode ser considerada pessoal, especialmente em relação à Fazenda Pública.
- (E) Os prazos processuais têm início na própria data da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico.

Noções de Direito Processual Penal

Lucas Palhares**55**

O inquérito policial é conduzido pela polícia judiciária, para apurar a ocorrência de um crime, identificar autores e reunir provas, servindo de base para o Ministério Público ou a vítima oferecerem a denúncia ou queixa-crime em juízo, protegendo inocentes e evitando ações sem fundamento. O inquérito policial, nos termos do Código de Processo Penal, é caracterizado por ser:

- (A) processo jurisdicional, contraditório e com ampla defesa desde a sua instauração.
- (B) procedimento administrativo, escrito e inquisitorial, destinado à apuração preliminar de infração penal.
- (C) procedimento judicial que culmina automaticamente na propositura da ação penal pelo Ministério Público.
- (D) instrumento obrigatório para a propositura de qualquer ação penal pública incondicionada.
- (E) ato de investigação que possui natureza probatória vinculante para o juiz na fase de sentença.

56

Acerca da ação penal pública condicionada, é correto afirmar que:

- (A) é proposta diretamente pelo ofendido, sem participação do Ministério Público.
- (B) pode ser arquivada de ofício pelo juiz, ainda que o Ministério Público insista em seu prosseguimento.
- (C) é regra geral do ordenamento jurídico pátrio, a ação penal pública incondicionada é exceção.
- (D) sempre prescinde de qualquer ato prévio administrativo ou judicial para seu exercício.
- (E) depende de representação do ofendido para que o Ministério Público a ofereça, nas hipóteses em que a lei expressamente assim o exigir.

57

Citação penal é o ato formal de chamar o réu a juízo, informando-o sobre a existência de um processo criminal contra ele e a acusação, para que possa exercer seu direito à defesa, apresentando resposta e participando do processo, sendo um ato essencial para garantir o contraditório e a ampla defesa, com prazos legais e diferentes modalidades (pessoal, por mandado, precatória, rogatória, hora certa ou edital). Nos termos do Código de Processo Penal, a citação por edital:

- (A) é modalidade preferencial quando o réu é encontrado em outra comarca.
- (B) será utilizada quando se tratar de réu citado pessoalmente anteriormente.
- (C) é admissível quando, após diligências, o réu não for localizado ou estiver em lugar incerto e não sabido.
- (D) opera-se sempre após a desistência da via postal como meio de citação.
- (E) é vedada na hipótese em que o réu tenha mandatário constituído.

58

A respeito da sentença penal, assinale a alternativa correta.

- (A) A sentença condenatória pode ser fundamentada apenas em presunções inverossímeis, desde que aceitas pelo juiz.
- (B) A sentença que reconhece causa de exclusão da ilicitude gera apenas coisa julgada formal, não material.
- (C) A motivação da sentença é facultativa em processos de menor complexidade.
- (D) A sentença absolutória impede que a mesma causa seja novamente discutida, configurando coisa julgada material quanto ao mérito.
- (E) A sentença absolutória admite reformatio in pejus por recurso interposto pelo réu.

59

Pronúncia é a decisão judicial que indica que existem indícios suficientes de autoria e materialidade de um crime doloso contra a vida para que o caso seja levado ao Tribunal do Júri. Já a impronúncia é a decisão de que não há indícios suficientes para levar o caso a julgamento, encerrando a fase processual sem resolver o mérito, pois a prova da materialidade do fato ou da autoria é insuficiente. Acerca das decisões interlocutórias relativas ao procedimento do Tribunal do Júri, é correto afirmar:

- (A) Contra a decisão que pronuncia o réu não cabe recurso, sendo definitivo o envio a plenário.
- (B) A pronúncia equivale à sentença de mérito, conclusiva quanto à materialidade do crime.
- (C) A absolvição sumária é recorrível por meio do recurso em sentido estrito.
- (D) O juiz-presidente do júri pode rever a decisão de pronúncia após o sorteio dos jurados.
- (E) A pronúncia é impugnável por meio de recurso em sentido estrito.

60

O Tribunal do Júri é um órgão especial do Poder Judiciário brasileiro que permite a participação direta da sociedade no julgamento de crimes graves, especificamente os crimes dolosos contra a vida, sejam eles consumados ou tentados. O júri é composto por um juiz togado, que o preside, e por cidadãos alistados, dos quais sete são sorteados para compor o Conselho de Sentença em cada julgamento. Quanto ao alistamento, sorteio e convocação de jurados para o Tribunal do Júri, assinale a afirmativa correta.

- (A) O alistamento dos jurados é sigiloso, e sua lista não pode ser conhecida pela defesa.
- (B) O sorteio dos jurados é público e a convocação só pode ocorrer com antecedência mínima de 30 dias.
- (C) O jurado é considerado juiz leigo e sua função é valorar matéria de fato para formação do veredicto.
- (D) A composição do Conselho de Sentença exige unanimidade dos jurados para a absolvição do réu.
- (E) Os jurados são escolhidos exclusivamente entre advogados e professores universitários.

61

O *habeas corpus* (HC) é um remédio constitucional fundamental no Brasil, que protege a liberdade de locomoção (o direito de ir e vir) contra prisões ou ameaças ilegais ou abusivas, garantindo que ninguém seja preso sem justa causa ou devido processo legal, sendo um instrumento crucial para a defesa dos direitos humanos. Pode ser pedido por qualquer pessoa, sem formalidades, para liberar alguém preso ilegalmente (repressivo) ou evitar uma prisão (preventivo). Acerca do *habeas corpus*, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas o acusado pode impetrar *habeas corpus* em seu favor.
- (B) O *habeas corpus* se destina a impedir violação ou coação contra a liberdade de locomoção e pode ser impetrado por qualquer pessoa.
- (C) O *habeas corpus* sempre tem efeito suspensivo automático sobre a execução penal.
- (D) O Ministério Público é parte obrigada a impetrar *habeas corpus* quando competente.
- (E) O *habeas corpus* não pode ser utilizado em hipótese de coação decorrente de ilegalidade formal na prisão; só vale por nulidade de ato material.

62

Os Princípios Penais Constitucionais são as diretrizes fundamentais e normas basilares da Constituição Federal que limitam o poder punitivo do Estado e protegem os direitos individuais, atuando como pilares para a criação, interpretação e aplicação das leis penais, garantindo um Direito Penal justo, humano e democrático, como os princípios da legalidade, intervenção mínima, individualização da pena, culpabilidade, humanidade e irretroatividade da lei penal. Considerando as disposições constitucionais aplicáveis ao processo penal, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio do *nemo tenetur se detegere* admite que o silêncio do acusado seja interpretado como indício grave de culpa pelo juiz.
- (B) O princípio da presunção de inocência impede qualquer aplicação de medidas cautelares restritivas de direitos antes da condenação.
- (C) A garantia do contraditório e da ampla defesa se aplica à fase administrativa do inquérito policial.
- (D) Ninguém pode ser obrigado a depor contra si mesmo, e o exercício do direito ao silêncio não pode ser usado em seu desfavor para formar convicção de culpabilidade.
- (E) O direito à defesa técnica só existe após o oferecimento da denúncia, sendo facultativo na fase policial.

Legislação**Rafael de Oliveira****63**

O art. 143 disciplina a administração interna dos cartórios, estabelecendo princípios, modelo organizacional e responsabilidades quanto à gestão das serventias judiciais.

À luz do art. 143 e de seu parágrafo único, assinale a alternativa correta.

- (A) A administração interna dos cartórios observará os princípios da legalidade e da eficiência, sendo exercida exclusivamente pelo juiz de direito em exercício na vara.
- (B) O modelo de processamento integrado em equipes afasta a responsabilidade do chefe de serventia, transferindo integralmente a gestão administrativa ao magistrado.
- (C) A gerência do cartório deve priorizar a unificação da metodologia de trabalho, a simplificação de procedimentos e a capacitação dos servidores, com vistas ao aperfeiçoamento dos serviços judiciários.
- (D) O fortalecimento da função gestora e de liderança do chefe de serventia é incompatível com o princípio da legalidade administrativa.
- (E) O art. 143 limita-se a prever diretrizes abstratas, sem indicar objetivos concretos para a administração cartorária.

64

O art. 144 disciplina a organização das equipes de processamento integrado nas serventias judiciais, definindo atribuições específicas e prevendo adaptações conforme o grau de digitalização.

Com base nesse dispositivo, assinale a alternativa correta.

- (A) A equipe de digitação possui competência para a movimentação dos processos e aplicação de despachos ordinatórios.
- (B) A equipe de preparação administrativa responde pelo preparo de atos necessários ao cumprimento das diligências e pela expedição de certidões de publicação.
- (C) Em serventias eletrônicas ou híbridas totalmente digitalizadas, é obrigatória a manutenção da equipe de preparação administrativa.
- (D) A equipe de processamento é responsável pela movimentação processual e aplicação de despachos ordinatórios, dentre outras atribuições que lhe sejam delegadas.
- (E) O art. 144 veda a redistribuição de atribuições entre equipes, ainda que haja acervo físico residual.

65

Durante a tramitação de uma ação judicial, o juiz, ao analisar o conjunto probatório já existente nos autos, entendeu que determinadas provas requeridas pelas partes eram desnecessárias para a formação de seu convencimento. Considerando os elementos técnicos do processo e as circunstâncias do caso concreto, decidiu indeferir a produção dessas provas, fundamentando sua decisão em regras de experiência comum e técnica. Diante dessa situação, à luz do art. 5º, assinale a alternativa correta.

- (A) O juiz violou o princípio do contraditório, pois é vedado ao magistrado indeferir provas requeridas pelas partes quando ainda não encerrada a fase instrutória.
- (B) O juiz atuou corretamente, pois dirige o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, apreciá-las e atribuir especial valor às regras de experiência comum ou técnica, desde que fundamente sua decisão.
- (C) O juiz somente poderia indeferir a produção de provas mediante concordância expressa de ambas as partes.
- (D) A apreciação das provas pelo juiz deve observar exclusivamente critérios técnicos formais, sendo vedada a utilização de regras de experiência comum.
- (E) O art. 5º limita a atuação do juiz à mera valoração das provas produzidas, não lhe conferindo poder para direcionar a atividade probatória.

66

João praticou uma infração penal de menor potencial ofensivo no Município “A”, porém a vítima reside no Município “B” e o autor do fato foi localizado e citado no Município “C”. A ocorrência foi registrada eletronicamente fora do local dos fatos, e a defesa suscitou dúvida acerca do juízo competente para o processamento da causa.

Considerando o disposto no art. 63, assinale a alternativa correta.

- (A) A competência do Juizado será determinada pelo domicílio do autor do fato, privilegiando-se a facilitação da defesa.
- (B) A competência do Juizado poderá ser fixada, alternativamente, pelo domicílio da vítima ou pelo local da infração, a critério do juiz.
- (C) A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal, independentemente do local de residência das partes ou do registro da ocorrência.
- (D) A competência do Juizado será definida pelo local onde foi realizada a citação do autor do fato.
- (E) O art. 63 somente se aplica quando a infração penal for praticada no mesmo local de residência da vítima.

67

Em ação submetida ao rito dos Juizados Especiais, um Município foi regularmente citado para comparecer à audiência de conciliação designada para ocorrer em data inferior a 30 dias da citação. A Procuradoria Municipal sustentou a nulidade do ato, ao argumento de que as pessoas jurídicas de direito público fariam jus a prazo diferenciado para a prática de atos processuais, inclusive para apresentação de recursos.

Com base na norma aplicável, assinale a alternativa correta.

- (A) As pessoas jurídicas de direito público possuem prazo em dobro para a prática de atos processuais e para a interposição de recursos, razão pela qual é nula a citação realizada sem a observância desse prazo.
- (B) Não há prazo diferenciado para a prática de atos processuais pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive para a interposição de recursos, sendo obrigatória a citação para a audiência de conciliação com antecedência mínima de 30 dias.
- (C) A inexistência de prazo diferenciado restringe-se à fase de conhecimento, admitindo-se prazos especiais na fase recursal.
- (D) A ausência de prazo diferenciado autoriza a realização da audiência de conciliação independentemente de qualquer antecedência mínima para a citação.
- (E) A regra da antecedência mínima de 30 dias aplica-se exclusivamente às pessoas jurídicas de direito privado.

68

Em determinada comarca, o Tribunal de Justiça organizou Núcleos de Primeiro Atendimento e Núcleos de Distribuição e Citação para atender mais de um Juizado Especial Cível. Um advogado questionou a legalidade do modelo, sustentando que cada Juizado deveria possuir núcleo próprio e com funcionamento restrito ao seu horário individual.

À luz do art. 325, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Núcleos de Primeiro Atendimento e os Núcleos de Distribuição e Citação devem funcionar apenas durante o horário regular de expediente forense de cada Juizado Especial Cível.
- (B) Cada Núcleo de Primeiro Atendimento deve atender, obrigatoriamente, apenas um único Juizado Especial Cível.
- (C) Os Núcleos poderão funcionar ininterruptamente no horário previsto no art. 123, § 2º, e atender a um ou mais Juizados Especiais Cíveis, desde que haja competência concorrente.
- (D) A atuação de um mesmo Núcleo para mais de um Juizado configura violação ao princípio do juiz natural.
- (E) O funcionamento ininterrupto dos Núcleos depende de autorização do magistrado responsável por cada Juizado.

69

Maria, pessoa economicamente hipossuficiente e desassistida de advogado, compareceu ao Núcleo de Primeiro Atendimento do Juizado Especial Cível para ajuizar demanda de menor complexidade. O servidor responsável reduziu o pedido a termo e realizou os procedimentos necessários para a designação da audiência.

Com base no art. 326, assinale a alternativa correta.

- (A) O Núcleo de Primeiro Atendimento não pode reduzir a termo pedidos formulados por parte sem advogado, devendo encaminhá-los diretamente ao magistrado.
- (B) O pedido inicial reduzido a termo deve conter apenas o nome das partes e o objeto da demanda, sendo dispensável a indicação dos fatos.
- (C) Compete ao Núcleo reduzir a termo o pedido inicial da parte desassistida de advogado e promover, por meio de sistema próprio, a distribuição automática com designação de data e hora da audiência.
- (D) A designação da audiência depende de decisão expressa do juiz após a distribuição do pedido inicial.
- (E) O Núcleo atua exclusivamente na fase pré-processual, sendo-lhe vedada qualquer atuação relacionada à distribuição do feito.

70

Durante audiência de conciliação em um Juizado Especial Cível, presidida por conciliador, as partes compareceram pessoalmente e apresentaram seus documentos. Não houve acordo naquele momento, mas ambas requereram a redesignação da audiência para tentativa posterior de composição. O conciliador, ao lavrar a assentada, deixou de registrar o pedido de redesignação e não consignou qualquer providência quanto à continuidade do feito.

À luz do art. 323, assinale a alternativa correta.

- (A) O conciliador extrapolou sua competência, pois somente o juiz pode presidir audiências de conciliação e determinar providências processuais.
- (B) Caberia ao conciliador registrar apenas o resultado da audiência, sendo vedada a consignação de pedidos formulados pelas partes.
- (C) O conciliador deveria ter feito constar da assentada o pedido de redesignação da audiência, consignando sua causa, nos termos do art. 323.
- (D) A ausência de acordo encerra automaticamente a fase conciliatória, sendo obrigatória a remessa imediata dos autos para sentença.
- (E) A atuação do conciliador independe de supervisão judicial, uma vez que exerce função autônoma no procedimento dos Juizados.



2º Simulado

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Técnico de Atividade Judiciária – Grupo: Nível Médio (Pós-Edital)

FOLHA DE RESPOSTAS

[illegible]

ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante ilimitado agora